



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2021-0071

BI-2021-0080

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 16/08/2021 **Hora:** 09h30 **Tipo:** Denúncia (DEN-2021-0095)

Motivo da inspeção: Extraordinária

Inspetor responsável: Cláudia MFG. Rosa

Outros inspetores da IRA: Paulo M. Pires

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, e teve como objetivo averiguar a situação denunciada através do processo **DEN-2021-0095**.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Ricardo Filipe Santos Melo **NIPC/NIF:** 214206076

Sede/morada: Bairro das Lombas, Lote 8

Código Postal: 9580-479

Freguesia: Vila do Porto

Concelho: Vila do Porto

Ilha: Ilha de Santa Maria

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Moradia

Endereço: Maia, Santo Espírito

Código Postal: 9580-228

Freguesia: Santo Espírito

Concelho: Vila do Porto

Ilha: Ilha de Santa Maria

Atividade principal:

Licenciamento da atividade: Licenciada pela Câmara Municipal de Vila do Porto

Coordenadas geográficas: **Latitude:** 36° 56' 12,48" N; **Longitude:** 25° 1' 4,46" W



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Processo DEN-2021-0095:

Através da distribuição **SGC0100/2021/844**, a Direção Regional do Ordenamentos do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) remete à Inspeção Regional do Ambiente (IRA) um processo referente a dois pedidos de informação prévia, requerido pela entidade inspecionada, designadamente:

- i) **SGC0100/2021/844:** Pedido para **colocação de uma estrutura amovível, executada em inox e cobertura em telha sandwich, com uma área de 20 m², a instalar sobre área impermeabilizada (laje de betão) duma casa de veraneio localizada no lugar da Maia, freguesia de Santo Espírito, concelho de Vila do Porto**, requerido pela entidade inspecionada à DROTRH.

O pedido é indeferido pelo ofício **SAI-SRAAC/2021/998**, de 26/02/2021, por não serem possíveis as obras de ampliação pretendidas, nos termos do artigo 20º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação em vigor, sendo que obras de ampliação não se enquadram nas exceções do Anexo II do referido regime para as tipologias de **Arribas e Respetivas Faixas de Proteção, Áreas de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo e de Áreas de Instabilidade de Vertentes**, conforme Portaria da RAA n.º 101/2011, de 16/12, que aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica do concelho de Vila do Porto.

- ii) **SGC0100/2020/12237:** Pedido para **substituição de telha e da armação de madeira do telhado**, na mesma habitação referida na alínea anterior, submetida pela entidade inspecionada à Câmara Municipal de Vila do Porto e autorizada pelo município através do ofício Saída 9050/2020, de 12/11/2020, por se tratarem de obras de conservação do edificado, consideradas obras de escassa relevância urbanística e isentas de controlo prévio.

A autorização concedida pelo município de Vila do Porto é enviada ao Serviço de Ambiente de Santa Maria (SASMA) para conhecimento que, na sequência de deslocação ao local em 17/11/2020, verifica que a que a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

obra de substituição do telhado se encontrava em execução, pelo que o processo é enviado à DROTRH para análise que, em 14/01/2021, através do ofício **SAI-DRA/2020/5842**, informa a C.M. de Vila do Porto que “(...) a realização de obras de escassa relevância urbanística não isenta o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de servidões ou restrições de utilidade pública.” pelo que, “(...) apenas poderá ser admitida a realização de obras de conservação, desde que a edificação existente se encontre devidamente legalizada, de acordo com os artigos 7.º, 14.º, 17.º e 18.º do regulamento do POOC da ilha de Santa Maria, articulados com o artigo 20.º do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), (...)” não podendo “ocorrer a realização de obras de alteração e ampliação face ao que se encontra devidamente legalizado (tendo em conta o descrito na Certidão Permanente da Conservatória do Registo Predial)”.

Este assunto é inicialmente tratado na distribuição **SGC0100/2020/12237**, mas depois é analisado conjuntamente com o pedido constante da distribuição **SGC0100/2021/844**.

Posteriormente e na sequência de pedido de reapreciação interposto pela entidade inspecionada relativo ao processo referido acima na alínea i), a DROTRH, através do ofício **SAI-SRAAC/2021/2337**, de 13/04/2121, reitera o parecer anteriormente emitido, esclarecendo o interessado que a Certidão Permanente do prédio apresenta uma área total de 30 m² e área coberta de 17m² e a Caderneta Predial Urbana apresenta uma edificação com 17m² e com 1 piso, verificando-se que a construção atualmente existente tem 2 pisos e mais de 17m², pelo que o construído não corresponde ao registado.

Em ambas as distribuições o requerente foi informado que não poderia realizar obras de ampliação relativamente à edificação registada na Certidão Permanente e na Caderneta Predial.

2.2 – Descrição da situação observada

No local não se encontrou ninguém, mas foi possível verificar que as obras de substituição do telhado foram executadas e encontram-se concluídas, mas a ampliação (colocação de uma estrutura amovível, executada em inox e cobertura em telha sandwich, com uma área de 20 m², a instalar sobre área impermeabilizada) não foi realizada, conforme visível nas figuras 2 a 5.



Figuras 2 e 3: moradia inspecionada, com as obras de substituição do telhado executadas.

(construção de 1975, registada como edifício de r/c para arrecadação e logradouro / construção de 1991, edifício de r/c para arrecadação adicional para alaias agrícolas).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Figuras 4 e 5: construção de 1991 (edifício de r/c para arrecadação adicional para alfaías agrícolas).

2.3 – Outras informações obtidas

2.3.1 – Posteriormente à visita inspetiva foi contactado o proprietário da moradia, que prestou os seguintes esclarecimentos:

- i) A arrecadação inicial (assinalada a azul nas figuras 2 e 3) foi construída e registada na Conservatória do Registo Predial de Vila do Porto em 1975, como edifício de r/c para arrecadação e logradouro com 17m², inscrita na Caderneta Predial Urbana com o artigo matricial n.º 1072.
- ii) Em 1991, a Delegação de Santa Maria da Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas executou as obras de construção de uma arrecadação adicional para alfaías agrícolas (assinalada a vermelho nas figuras 2 a 5), a título de indemnização pelos prejuízos causados em terrenos do seu avô, na sequência do entupimento de condutas de águas pluviais, construídas por aquele departamento governamental;
- iii) A arrecadação de 1991, inserida no prédio rústico contíguo ao referido em i), foi autorizada pela Licença n.º 42/1991, de 19 de agosto de 1991, e possui o Alvará de Licença de Utilização n.º 18/1992, de 13/07/1992, para utilização como arrecadação agrícola, conforme documentos apresentados e anexos ao presente boletim de inspeção;
- iv) As edificações são ambas de um só piso e independentes, não são comunicáveis pelo interior e não existe sobreposição volumes;
- v) Os terrenos com as edificações foram obtidos por herança do seu avô;
- vi) Realizou as obras de substituição do telhado da edificação de 1975, previamente autorizadas pela Câmara Municipal de Vila do Porto através do ofício com a ref.ª Saída 9050/2020, de 12/11/2020, constante da Distribuição SGC0100/2020/12237;
- vii) Não executou as obras de ampliação (colocação de uma estrutura amovível, executada em inox e cobertura em telha sandwich, com uma área de 20 m², a instalar sobre área impermeabilizada) por terem sido objeto de parecer desfavorável da DROTRH;
- viii) O atual proprietário não se tinha apercebido que o seu avô não tinha efetuado o registo, na caderneta predial e certidão permanente, da construção realizada em 1991 pela Secretaria Regional da Habitação e Obras Pública;
- ix) O atual proprietário tem atualmente em curso um processo de atualização de áreas e de usos das edificações em apreço.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspecção Regional do Ambiente

2.3.2 – Da consulta do SIGAM e conforme enquadramento constante das informações internas da Divisão de Ordenamento do Território desta Secretaria Regional (INT-DRA/2020/3408, de 11/12/2020, INT-DRA/2021/448, de 12/02/2021 e INT-SRAAC/2021/1276, de 06/04/2021), as edificações em apreço encontram-se inseridas:

- i) Na **área de intervenção do POOC de Santa Maria**, numa área classificada como **Zona A – Áreas de proteção e conservação da natureza, Áreas Vulneráveis e Área de Projeto da Maia**, conforme planta síntese do POOC, e em área afeta à **Reserva Ecológica**, de acordo com a planta de condicionantes do POOC de Santa Maria;
- ii) Em **Solo Rural – Espaços naturais e culturais** e inserida no **Plano de Pormenor da Maia**, de acordo com a planta de ordenamento do PDM, e como **Área de Paisagem Protegida da Baía da Maia e Reserva Ecológica** (tipologias: **Arribas e respetivas faixas de proteção, Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e Áreas de instabilidade de vertentes**), conforme planta de condicionantes e planta da Reserva Ecológica do PDM de Vila do Porto;
- iii) Em **Área de Paisagem Protegida da Baía da Maia**, inserida no Parque Natural de Ilha de Santa Maria.

2.4 – Enquadramento legal

- Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria (POOC), publicado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2008/A, de 25 de junho;
- Plano Diretor Municipal de Vila do Porto (PDM), publicado pelo Aviso n.º 3279/2012, de 29 de fevereiro;
- Parque Natural da Ilha de Santa Maria (PNI), publicado pelo Decreto Legislativo Regulamentar nº 47/2008/A, de 7 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2012/A, de 19 de setembro;
- Reserva Ecológica Nacional (RJREN), publicado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei Nº 124/2019, de 28 de agosto.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas infrações imputáveis à entidade inspecionada.

4 – Indicações e medidas adotadas

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: envio do relatório à DROTRH.

Horta, 6 de setembro de 2021

A Inspetora Superior Principal